

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR DA PESCA ARTESANAL

| | |
|---|---|
| Data: | 17 de Dezembro de 2020 (quinta-feira). |
| Horário: | 9 hs. |
| Local: | Reunião virtual pela plataforma Google Meet |
| Presentes (membros titulares, suplentes e outros participantes): | |
| <ul style="list-style-type: none">• Assis Luís Lacerda Filho – Associação dos Engenheiros de Pesca de Pernambuco (titular);• Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa – Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ (suplente);• Élcio Alves de Barros – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco – SEMAS/PE (titular);• Severino Antônio dos Santos – Conselho Pastoral dos Pescadores de Pernambuco – CPP/NE 02-PE (titular);• João Paulo Lima – Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA (titular);• Mavial Fonseca de Castro - Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA (suplente);• Maria de Oliveira – Secretaria de Planejamento e Gestão/Coordenação do Chapéu de Palha (titular);• Simone Ferreira Teixeira – Universidade de Pernambuco – UPE (titular);• Vanildo Souza de Oliveira – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (titular);• Laurineide Maria - Conselho Pastoral dos Pescadores de Pernambuco – CPP/NE 02-PE (suplente);• Rodrigo Lima – Ação Comunitária Caranguejo Uçá (suplente);• Cristiano Wellington Ramalho – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (suplente);• Inamara Melo – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (convidada);• Mauricio Guerra – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco – SEMAS/PE (convidado);• Wellington Lima Pereira – SEMAS/PE (convidado);• Arlene Maria – Colônia Z-06 de Sirinhaém (convidada);• Enilde Lima Colônia - Z-09 de São José da Coroa Grande (Convidada);• Mauro Maida (convidado). | |

Elcio Barros iniciou a reunião apresentando a proposta de pauta enviada:

1. Abertura – Inamara Melo – Secretária executiva de Meio Ambiente de Pernambuco
2. Seguro Defeso em Águas Interiores – Darlany Sá da Rocha – MAPA
3. Projeto de Aquisição de Pescados por Órgãos do Governo do Estado – Mavíael Fonseca - IPA
4. Liberação da Pesca de Sardinha em Fernando de Noronha – Clemente Coelho/UPE
5. Calendário de Reuniões 2021 – Elcio Barros – SEMAS/PE
6. Informes – Participantes da reunião
7. Encerramento

Os trabalhos da 9ª Reunião do Comitê Gestor da Pesca foram abertos pela Secretária Executiva de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, Inamara Melo, que saudou todos os participantes e apresentou as pautas a serem abordadas, bem como a proposta de horário para término da reunião. Em seguida a secretária fez um resumo dos desafios enfrentados pela SEMAS em 2020, no que tange a política de pesca, e as perspectivas para 2021. Após a fala inicial da secretária foi apresentado por Elcio Barros a ata da última reunião do comitê para que fosse aprovada pelos conselheiros presentes. A conselheira Beatriz Mesquita solicitou destaque em algumas partes da ata em questão: na página quatro, onde o documento cita a fala da conselheira Laurineide Santana ao tratar do Decreto que proíbe a pesca em áreas de corais, quando na verdade a proibição se dá em áreas de naufrágio, retificação está com a concordância conselheira Laurineide. Neste ponto a conselheira Beatriz também solicitou a inclusão do número do Decreto na ata (Decreto 23.394/01). Houve também a solicitação da inserção do número de linhas nas próximas atas para que seja facilitada os destaques apontados pelos conselheiros. Em seguida a conselheira Beatriz solicitou que fosse incluída na ata o comentário feito pela Secretária Inamara na 8ª Reunião do CGPesca tratando da proibição da pesca da sardinha em Fernando de Noronha, comentário que, segundo a conselheira, gerou algumas discussões posteriores sobre o tema. Não havendo

mais nenhum destaque a ata foi aprovada com a inclusão das propostas de retificação apresentadas pela conselheira Beatriz Mesquita. Aprovada a ata, a reunião seguiu para o segundo ponto de pauta que seria Seguro Defeso em Águas Interiores. Entretanto a responsável pela apresentação do tema, Darlany Sá da Rocha, do MAPA não pode participar por problemas de saúde, e seu substituto apresentou problemas no áudio. Com estas dificuldades o conselheiro Élcio Barros passou para o terceiro ponto de pauta, que tratou do Projeto de Aquisição de Pescados por órgãos do Governo do Estado, apresentado pelo conselheiro Maviael Fonseca do IPA que tratou de discorrer sobre os procedimentos tomados pelo Grupo de Trabalho criado na última reunião que tem como objetivo elaborar uma proposta que contribua para a inserção da pesca artesanal nos programas de aquisição de alimentos do governo do estado. O conselheiro apresentou um histórico do que vem sendo feito pelo governo do estado no que diz respeito aos programas de aquisições de alimentos ocorridos em Pernambuco, apresentando também a dificuldade de inserir a pesca artesanal pelo fato da mesma necessitar atender critérios sanitários exigidos pelos órgãos de fiscalização competentes. Entraves como infraestrutura portuária para o desembarque adequado do pescado de forma mais concentrada, a fim de favorecer a inspeção por parte dos órgãos de vigilância sanitária, bem como uma estrutura nas colônias e associações para o beneficiamento deste pescado dificultam o controle e a certificação destes produtos para que os mesmos fiquem aptos para serem comprados institucionalmente. O conselheiro afirmou que não basta apenas o investimento em infraestrutura, é preciso também um trabalho de recursos humanos, capacitando e habilitando os pescadores para que os mesmos possam estar aptos para desempenhar a pesca dentro dos parâmetros desejados pelos órgãos fiscalizadores, além dos critérios ambientais para garantir uma pesca sustentável. Foi apresentado pelo conselheiro Maviael a composição do Grupo de Trabalho, e o desafio deste em construir um projeto para ser apresentado a este comitê e, em seguida submetido ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, almejando conseguir recursos do FEMA para a construção de uma unidade de beneficiamento de pescado (projeto piloto) em uma das colônias ou associações de pescadores no litoral. Foi apresentado um resumo das reuniões realizadas pelo GT e as visitas feitas nas colônias do Pina (Z-01), de Ponta de Pedra (Z-03), de Olinda (Z-04) de Tamandaré (Z-05), de Barra de Sirinhaém (Z-06), de São José da Coroa Grande (Z-09), de Itapissuma (Z-10), de

Atapuz (Z-15), de Tejucupapo (Z-17) e Jaboatão (Z-25). Foi apresentado os relatórios das visitas técnicas realizadas nas colônias supracitadas e os critérios de avaliação para detectar quais entidades possuem melhores condições para receber uma unidade de beneficiamento considerando infraestrutura, participação equitativa de homens e mulheres, quantidade de pescados/mês, regularização da diretoria, da colônia e da sede e, principalmente, o desejo dos pescadores em participar do projeto, sendo capacitados adequadamente para conduzir esta unidade. Considerando os critérios de avaliação foram apresentadas às 05 colônias que tiveram maior pontuação, neste caso, as colônias do Pina, de Olinda, de Tejucupapo, de Tamandaré e de Barra de Sirinhaém. Além dos resultados das visitas técnicas foram apresentados também a proposta de minuta do projeto, intitulado: Qualificação da Pesca Artesanal para sua Sustentabilidade e Inserção nos Mercados Institucionais e Formais. Após a apresentação foi franqueada a palavra para contribuições e o conselheiro Vanildo foi o primeiro a falar, se colocando à disposição no que diz respeito a capacitação dos pescadores dos cuidados com o pescado desde a embarcação. Além disso, apresentou a necessidade de se ter uma preocupação com a gestão do projeto, sugerindo a contratação no mínimo de um contador para que o recurso seja utilizado da forma mais eficiente possível. Em seguida a conselheira Beatriz Mesquita parabenizou a apresentação feita pelo conselheiro Maviasel, chamando a atenção na importância do interesse e dedicação da comunidade pesqueira na execução do projeto como fator primordial para o sucesso deste e o tamanho da responsabilidade deste comitê na escolha de uma comunidade pesqueira que irá receber este projeto. Em seguida, a conselheira Laurineide parabenizou o trabalho do GT com a apresentação do diagnóstico sobre as entidades pesqueiras visitadas, salientando a necessidade de incluir no projeto, de forma mais detalhada, como se dará a participação das mulheres neste processo. Enfatizou também a importância de se ter assistência técnica e acompanhamento durante todo o período de execução do projeto, realizando tudo de forma participativa, ouvindo não só os diretores destas entidades como também a comunidade pesqueira como um todo. Em seguida o conselheiro Severino Antônio que chamou a atenção da necessidade deste projeto apresentou um detalhamento sobre o investimento em capital de giro. Outra preocupação apontada pelo conselheiro é o cuidado com os gastos na contratação de bolsistas para que isso não diminua os recursos que serão aplicados nas diversas partes do

projeto. Severino pontuou também a necessidade de considerar que a comunidade que receberá a unidade de beneficiamento possa receber o pescado de outras comunidades principalmente no período de entressafra. Por fim afirmou que é preciso que, no momento das visitas técnicas, não seja observado apenas a existência da infraestrutura, mas também se a mesma está em funcionamento de forma adequada. A próxima inscrita foi a professora Simone Teixeira que reforçou a importância da gestão compartilhada, sugerindo como encaminhamento trabalhar com as cinco comunidades mais bem pontuadas nos critérios de avaliação e fazer uma nova reunião em cada uma delas, desta vez não só com a diretoria das colônias como também com a comunidade pesqueira da região. Não havendo mais inscrições neste ponto de pauta a palavra foi passada para Mavíael para que fossem feitas as considerações finais em cima das intervenções anteriores. Após as considerações finais, o conselheiro Élcio passou para o próximo ponto da pauta que tratava da liberação da pesca de sardinha em Fernando de Noronha com a apresentação do professor Clemente Coelho. O professor iniciou sua abordagem sobre o tema apresentando o quão importante é a sardinha como reguladora ecossistêmica, citando a professora Beatrice Padovani em um de seus pareceres em se tratando da presença da espécie em Fernando de Noronha. O professor argumenta que a sardinha é uma espécie em abundância e necessária para o equilíbrio da cadeia alimentar bem como manutenção dos estoques de organismos presentes neste ecossistema, contribuindo também para o turismo ecológico. O professor afirma também que a liberação da pesca da sardinha em Fernando de Noronha vinha em processo de discussão gradativa entre os pesquisadores, órgãos competentes e pesquisadores, sendo tema inclusive de duas oficinas com a comunidade pesqueira local, tudo para garantir um processo sustentável e com o mínimo de interferência na cadeia alimentar existente. O expositor disse ser fundamental que esta fosse realizada à luz da ciência e não apenas para atender interesses de alguns segmentos. O professor Clemente criticou a postura negacionista do governo federal que vem colocando em risco todas as unidades de conservações nacionais. Ressaltou que existem estudos que atestam que a população de sardinhas em Fernando de Noronha é única e que por isso necessitaria de mais estudos antes de uma decisão de liberar a pesca da espécie. Dentro deste aspecto foi apresentada a preocupação dos riscos de se abrir a pesca em uma unidade de conservação integral, algo que não leva em conta qualquer

fundamentação científica e sem critérios de como, adequadamente deve ser feito a pesca da espécie e como seria o monitoramento deste processo. Afirmou também que gerou espanto haver 120 pescadores tradicionais que assinaram a minuta, quando existem cerca de 30 pescadores tradicionais neste local, havendo inclusive indícios de alguns que assinaram possuem vinculação com empresas e não são pescadores artesanais. Em suma, o professor Clemente afirmou que existem estudos na literatura para propor alternativas para a pesca no local, de forma transitória para que os pescadores se adaptem aos processos necessários para a conservação da unidade de conservação. Após a intervenção do professor Clemente Coelho a palavra foi aberta aos participantes e o primeiro a usar a palavra foi o conselheiro Severino, representante da CPP, que afirmou a necessidade deste Comitê ouvir os pescadores de Noronha, inclusive convidando alguns destes para participar desta discussão e apresentar a realidade e os anseios dos pescadores de Noronha. Após as palavras de Severino houve a fala do conselheiro Vanildo, que enfatizou o questionamento do número de assinaturas de pescadores artesanais que assinaram a minuta do decreto e enfatizou o equívoco na forma em que o processo de liberação foi feito frisando, entretanto, que os impactos da pesca de forma artesanal para o ecossistema seriam mínimos o que levaria a uma prática sustentável. Em seguida, a conselheira Beatriz reafirmou a necessidade de conhecer a realidade dos pescadores e que o CGPESCA pudesse ter mais informação sobre a realidade e o pleito dos pescadores em relação ao tema. Afirmou que o CONSEMA também vem fazendo a discussão sobre o tema e que seria necessário que este apresentasse suas conclusões a este comitê e que seria preciso aprofundar a questão da forma de como fazer esta liberação. A conselheira lamentou por fim o uso político dos pescadores artesanais tanto por parte do governo federal quanto estadual e que isso prejudica o desenvolvimento correto desta discussão. Após a fala da conselheira, o Superintendente de Conservação da Biodiversidade da SEMAS Maurício Guerra afirmou que o tema não foi politizado por parte do governo do estado, uma vez que este não participou do processo de discussão e a decisão não foi trazida ao ente federativo com a brevidade necessária, apenas se teve conhecimento a partir do anúncio em novembro da liberação dos cruzeiros na ilha e que haveria a liberação da pesca da sardinha, instituindo um grupo interno ao Icmbio para a discussão da liberação da pesca da espécie, sem o conhecimento do governo do estado das discussões. Afirmou que em dezembro o

Instituto Chico Mendes apresentou ao conselho da APA PARNARMAR um plano de trabalho com cronograma, mas que, após isso não houve mais discussão até o anúncio do início da liberação sem a apresentação de nenhum estudo que embasasse a decisão e que, após isso, o governo de Pernambuco repudiou a tratativa unilateral por parte do governo federal e solicitou que fosse apresentado os estudos e documentos técnicos que favoreceram a decisão, além dos critérios utilizados para categorizar os pescadores como artesanais, visto que como já havia sido dito não eram de quantidade inferior a trinta pescadores e a lista de assinaturas possuía centenas de pescadores desta categoria. Além disso foi solicitado o parecer jurídico do ICMBio que embasa a instituição deste normativo e que a SEMAS não obteve resposta até então. Afirmou que o processo foi cercado de incertezas e falta de informações documentais e que todos os pareceres e documentos sobre o tema não recomendam a pesca da sardinha na área do parque. Por fim, o professor Clemente fez suas considerações finais sobre a pauta, apresentando a necessidade fundamental de manter a discussão de forma ampla sobre o tema para que possam ser construídos em consenso alternativas adequadas que auxiliem tanto o ecossistema quanto os pescadores artesanais. Após a discussão o coordenador dos trabalhos sugeriu que fosse criado um grupo de trabalho específico para o tema que pudesse colher informações técnicas e posteriormente apresentar nas próximas reuniões plenárias do comitê, encaminhamento que foi aprovado pelos presentes. Em seguida passou-se para o próximo ponto da pauta que tratou do calendário de reuniões ordinárias do CGPESCA para 2021. Élcio apresentou a proposta de reuniões nas seguintes datas: primeira reunião no dia 03 de fevereiro; a segunda reunião no dia 05 de maio; a terceira reunião no dia 04 de agosto e a quarta e última reunião ordinária do ano no dia 01 de dezembro. Sobre o tema foi solicitado pelos conselheiros Laurineide e Severino que fosse colocada a data da primeira reunião para o dia 10 de fevereiro, solicitação aprovada pelos presentes assim como as demais datas. Após este ponto passou-se para as propostas de encaminhamentos sendo o primeiro destes a proposição de que o GT que está cuidando do projeto de inclusão da pesca nos programas de aquisição de alimentos fosse apresentado apresentasse a minuta final do projeto antes da primeira reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente para que este projeto possa ser submetido e concorrer a recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente. A segunda proposta de encaminhamento foi sobre a criação do GT que trata o tema da liberação da pesca

da sardinha em Fernando de Noronha, proposta já aprovada anteriormente, ficando a definição dos seus componentes para posteriormente. A conselheira Beatriz Mesquita solicitou que o conteúdo do chat fosse anexado na ata, proposição também aprovada. Após o calendário iniciou a pauta dos informes onde Arlene questionou a forma da entrega dos cadastros dos pescadores de Barra de Sirinhaém que não foi feito na colônia e sim a terceiros e que os cadastros só foram entregues após 01 mês da data. O servidor Wellington Lima esclareceu que no dia combinado da entrega houve problemas de logísticas que acarretaram no atraso da chegada dos cadastros em Sirinhaém e, ao chegar ao local, a colônia estava fechada. Como segunda alternativa tentou-se entregar os cadastros na casa da presidente da colônia Arlene e que como a mesma não estava, o cadastro foi entregue na casa do ex-presidente Ronaldo que assinou o protocolo de recebimento e firmou o compromisso de entregar o quanto antes. O servidor pediu desculpas pelo mal entendido e se dispôs a atender e tirar dúvidas se necessário, além do compromisso de entregar para colônia o protocolo de recebimento. Não havendo mais informes o conselheiro Élcio, que esteve à frente dos trabalhos agradeceu a cooperação e a participação de todos na reunião, passando para a Secretária Inamara Melo para que fosse feito o encerramento. Sem mais a reunião foi encerrada.